

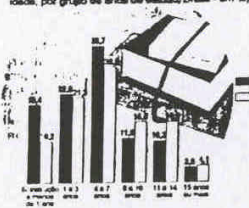
NACIONAL

O novo retrato do Brasil

(Dados do Censo 2000)

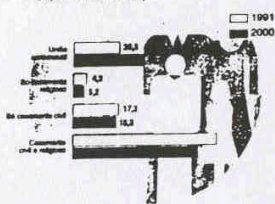
Educação

(Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por grau de ensino, Brasil - em %)



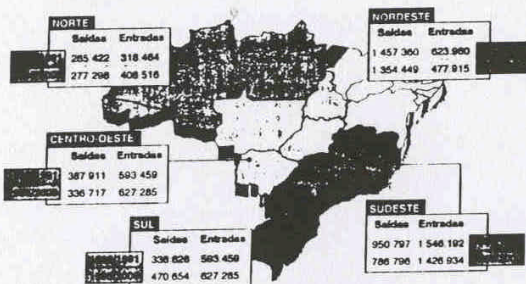
Estado civil

(Proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade que vivem em União conjugal, segundo o tipo de União - em %)



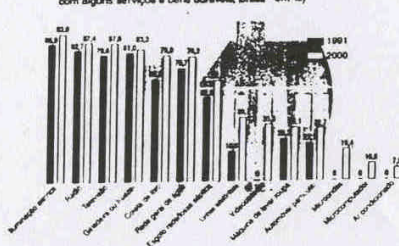
Migração

(Movimentos migratórios segundo as grandes regiões - em %)



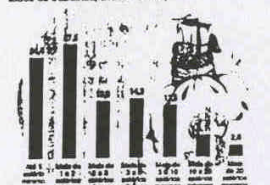
Domicílio/Consumo

(Proporção de domicílios particulares permanentes com alguns serviços e bens duráveis, Brasil - em %)



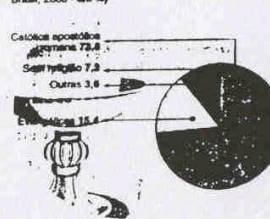
Trabalho/Renda

(Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, por classe de rendimento nominal mensal de todos os trabalhos, Brasil - em %)



Religião

(Proporção de população residente, por religião, Brasil, 2000 - em %)



Fonte: IBGE/Tabulação e análise do Censo Demográfico - 2000

Distribuição de renda não segue avanços sociais

Distorção entre os níveis de consumo e de renda é explicada por maior acesso ao crédito e redução de preços pelo aumento da competição

Sabrina Ianni, Claudio R. Gomes
Conceição e Gisele Teixeira
do Rio de Janeiro

O País ficou progressivamente, com a melhoria de praticamente todos os indicadores sociais, como a queda de 38% na taxa de mortalidade infantil, o maior acesso da população ao ensino, ao saneamento básico e à saúde, entre 1991 e 2000. Esses avanços sociais, no entanto, não foram acompanhados por uma melhora na distribuição de renda, que permanece extremamente concentrada na década.

Um quarto da população vive com até um salário mínimo por mês, 52% recebem até dois e somente 2,6% dos brasileiros ganham mais do que 20 salários mínimos. A má distribuição de riqueza, porém, não inibiu a expansão do consumo de bens duráveis nem a utilização de serviços e equipamentos

passou a ter televisores e máquinas de lavar cresceu 40,7% e 62%, respectivamente. O automóvel passou a ser um bem para mais 82% dos brasileiros. Cerca de 40% dos domicílios dispunham de pelo menos uma linha telefônica em 2000 — 113% a mais do que em 1991.

De todo modo, a expansão do consumo domiciliar, na última década, não se deu em padrão muito diferente do verificado em censos anteriores. A presença de televisores nas casas, por exemplo, aumentou mais, em termos relativos, entre 1980 e 1991 (de 55% dos domicílios para 79,6%) do que na última década.

O presidente Fernando Henrique Cardoso, ao comentar os dados preliminares do Censo 2000, divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cobrou uma pesquisa mais profunda do

País. Segundo o presidente, não há possibilidade de ter havido estagnação na distribuição de renda se for levado em conta a expansão de consumo. "Há um paradoxo. Ou não se consumiu tanto, ou não se ganhou tão pouco". O chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Marcelo Neri, ressaltou que a estabilidade da inflação, com o Plano Real, deu chances a que pessoas marginalizadas do mercado passassem a ter acesso ao crédito. Além disso, "com as transformações ocorridas a partir da abertura de mercado, a concorrência foi estimulada favorecendo o consumidor".

Se a desigualdade de renda permaneceu, o Brasil conseguiu reduzir drasticamente a taxa de mortalidade infantil, impulsionando que 404 mil crianças menores de um ano morressem no País entre 1991 e 2000. A taxa caiu de 48 óbitos por 1.000 nascidos, para

29,6 óbitos, ficando abaixo da meta estipulada pela Cúpula Mundial das Nações Unidas pela Criança para o ano 2000, que era de 32 óbitos infantis por 1.000 nascidos vivos. Este é um dos maiores feitos sociais da última década, mas ainda assim a taxa de mortalidade infantil brasileira perde da chilena (10 mortos por mil) e da argentina (18 por mil), igualando-se à do Paraguai.

O Censo também mostrou avanços significativos na Educação. As crianças entre 7 e 14 anos de idade apresentaram a maior taxa de universalização escolar. Nessa faixa etária, 94,9% delas estão na escola. Mas quase um terço dos brasileiros com 10 anos ou mais não conseguem passar de quatro anos de escolaridade e são considerados analfabetos funcionais.

A taxa de fecundidade, outro indicador de avanço social, recuou de 2,9 filhos em 1991 para 2,3 filhos por

mulher em 2000. A menor taxa de fecundidade foi verificada na região Sudeste (2,1) e a mais alta na região Nordeste (3,2).

Pelos dados do Censo, a área financeira é a que possibilita os maiores ganhos salariais no País. Trata-se do grupo que absorve o maior percentual de pessoas (9,6%) que ganham mais de vinte salários mínimos. Por outro lado, os serviços domésticos, agricultura, pecuária e silvicultura empregam a maior parte dos trabalhadores que recebem até um salário mínimo, destacando-se os empregados domésticos, 60% dos quais ganham nesta faixa de rendimento.

Isso explica, em parte, porque o Nordeste aparece como a região onde o salário mínimo predomina como a faixa salarial mais abrangente da população. São essas atividades geradoras de menor renda justamente as responsáveis pelo maior número de em

pregos na região. Cerca de 30% da população ocupada no Nordeste trabalha em atividades rurais.

No Sul a distribuição das pessoas ocupadas pelos ramos de atividades é bem mais homogênea e no Sudeste encontra-se o menor número de trabalhadores com renda de até um salário mínimo mensal.

O Censo mostra que o Nordeste é a região que mais expulsou pessoas, com 1,4 milhão de saídas entre 1995 e 2000, a maioria para a região Sudeste e, em menor parcela, para o Sul do País. Quanto à religião, os evangélicos foram os que mais cresceram na década de 90, enquanto a Igreja Católica perdeu espaço. A população evangélica cresce 70,7%, passando de 9,05% da população total do País em 1991 para 15,4% em 2000. Os evangélicos já somam 26 milhões de fiéis, o dobro do que eram há dez anos.